

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE COMPUTAÇÃO
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO

MATHEUS PEREIRA DOS SANTOS

**BLOCKCHAIN E REPORTE DE CRIMES AMBIENTAIS: UMA
ABORDAGEM DESCENTRALIZADA E TRANSPARENTE PARA
UM PROBLEMA MUNDIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CORNÉLIO PROCÓPIO
2022

MATHEUS PEREIRA DOS SANTOS

BLOCKCHAIN E REPORTE DE CRIMES AMBIENTAIS: UMA ABORDAGEM DESCENTRALIZADA E TRANSPARENTE PARA UM PROBLEMA MUNDIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Engenharia de Computação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Engenharia de Computação.

Orientador: Prof. Lucas Dias Hiera Sampaio
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

CORNÉLIO PROCÓPIO
2022



4.0 Internacional

Esta é a mais restritiva das seis licenças principais Creative Commons. Permite apenas que outros façam download dos trabalhos licenciados e os compartilhem desde que atribuam crédito ao autor, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.

Dedico este texto à minha família, em especial à minha mãe, Maria das Graças, por todo o apoio durante a minha caminhada dentro e fora da universidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio durante a minha formação de Bacharel em Engenharia de Computação e aos meus amigos pelos momentos dentro e fora da universidade. Também sou grato a todos os professores, em especial ao meu orientador, pelo empenho no árduo trabalho de lecionar. E por último, agradeço a Universidade Tecnológica Federal do Paraná de Cornélio Procopio, pela estrutura dada e pelo apoio na formação de novos Engenheiros no Brasil.

Eu denomino meu campo de Gestão do Conhecimento, mas você não pode gerenciar conhecimento. Ninguém pode. O que pode fazer - o que a empresa pode fazer - é gerenciar o ambiente que otimize o conhecimento. (PRUSAK, Laurence, 1997).

RESUMO

SANTOS, Matheus. Blockchain e reporte de crimes ambientais: Uma abordagem descentralizada e transparente para um problema mundial. 2022. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Engenharia de Computação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Cornélio Procópio, 2022.

O Resumo é um elemento obrigatório em tese, dissertação, monografia e TCC, constituído de uma sequência de frases concisas e objetivas, fornecendo uma visão rápida e clara do conteúdo do estudo. O texto deverá conter no máximo 500 palavras e ser antecedido pela referência do estudo. Também, não deve conter citações. O resumo deve ser redigido em parágrafo único, espaçamento simples e seguido das palavras representativas do conteúdo do estudo, isto é, palavras-chave, em número de três a cinco, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto. Usar o verbo na terceira pessoa do singular, com linguagem impessoal, bem como fazer uso, preferencialmente, da voz ativa. Texto contendo um único parágrafo.

Palavras-chave: Palavra. Segunda Palavra. Outra palavra.

ABSTRACT

SANTOS, Matheus. Title in English. 2022. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Engenharia de Computação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Cornélio Procópio, 2022.

Elemento obrigatório em tese, dissertação, monografia e TCC. É a versão do resumo em português para o idioma de divulgação internacional. Deve ser antecedido pela referência do estudo. Deve aparecer em folha distinta do resumo em língua portuguesa e seguido das palavras representativas do conteúdo do estudo, isto é, das palavras-chave. Sugere-se a elaboração do resumo (Abstract) e das palavras-chave (Keywords) em inglês; para resumos em outras línguas, que não o inglês, consultar o departamento / curso de origem.

Keywords: Word. Second Word. Another word.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma exemplificando o Processo de Administrativo Sancionador (PAS) do IBAMA	5
Figura 2 – Diagrama representando como é o processo de coleta das denúncias pelo SISLIV.	6
Figura 3 – Arquitetura básica da aplicação descentralizada	10
Figura 4 – Divisão do front end em duas aplicações com propósitos distintos.	11
Figura 5 – Diagrama de Casos de Uso da aplicação	13
Figura 6 – Exemplo de Figura	16

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplo de Quadro.	17
---------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado dos testes	17
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
DECOM	Departamento de Computação

LISTA DE SÍMBOLOS

Γ	Letra grega Gama
λ	Comprimento de onda
\in	Pertence

LISTA DE ALGORITMOS

Algoritmo 1 – Exemplo de Algoritmo	19
--	----

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	1
1.1 PROBLEMA	1
1.2 JUSTIFICATIVA	1
1.3 OBJETIVOS	1
1.3.1 OBJETIVOS GERAIS	1
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	1
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	1
2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	2
2.1 A LEGISLAÇÃO E CRIMES AMBIENTAIS	2
2.2 IMPACTOS DOS CRIMES AMBIENTAIS	2
2.3 O PAPEL DA TECNOLOGIA NO COMBATE AOS CRIME AMBIENTAIS	3
2.4 PROCESSO DE DENÚNCIAS DE CRIMES AMBIENTAIS NO BRASIL	3
3 – PROPOSTA	7
3.1 TECNOLOGIAS E FERRAMENTAS	7
3.1.1 BLOCKCHAIN	7
3.1.2 DECENTRALIZED APPLICATIONS	8
3.1.3 SOLIDITY E GAS	9
3.2 DA ARQUITETURA DA APLICAÇÃO	9
3.3 MÉTODO	10
3.4 ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO	11
3.4.1 DEFINIÇÕES	11
3.4.2 HISTÓRIAS DE USUÁRIO	12
3.4.3 CASOS DE USO	12
3.4.3.1 Caso de Uso: Autenticar-se no Sistema	12
3.4.4 MODELAGEM DOS DADOS	12
4 – CRONOGRAMA	14
5 – SOBRE AS ILUSTRAÇÕES	15
6 – FIGURAS	16
7 – QUADROS E TABELAS	17
8 – EQUAÇÕES	18
9 – ALGORITMOS	19
10 – SOBRE AS LISTAS	20
11 – SOBRE AS CITAÇÕES E CHAMADAS DE REFERÊNCIAS	21
12 – CITAÇÕES INDIRETAS	22

13-CITAÇÕES DIRETAS	23
14-DETALHES SOBRE AS CHAMADAS DE REFERÊNCIAS	24
15-SOBRE AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25
16-NOTAS DE RODAPÉ	26
17-CONCLUSÃO	27
17.1 TRABALHOS FUTUROS	27
17.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
Referências	28
Apêndices	29
APÊNDICE A –Nome do apêndice	30
APÊNDICE B –Nome do outro apêndice	31
Anexos	32
ANEXO A –Nome do anexo	33
ANEXO B –Nome do outro anexo	34

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem havido um crescente interesse em formas de combater agressões ao meio ambiente de forma mais rápida e transparente. É notável que órgãos governamentais que estão na linha de frente no enfrentamento de crimes ambientais tem-se estruturado e fortalecido suas ferramentas tecnológicas. O esforço se deve principalmente na obtenção de informações de denúncias através dos canais de comunicação destes órgãos. Contudo uma podemos ressaltar alguns pontos de preocupação como: transparência dessa informação, a disponibilidade e centralização dela nas mãos desses órgãos.

Este trabalho visa apresentar uma maneira mais descentralizada e democrática ao acesso às denúncias, esse trabalho foi elaborado. Para tal será proposto o uso de uma tecnologia que tem ganhado cada vez mais espaço, a Blockchain (BC).

1.1 PROBLEMA

O problema é a centralização e disponibilidade dos dados provindos das denúncias pelos diversos canais dos órgãos governamentais que lutam contra os crimes ambientais.

1.2 JUSTIFICATIVA

Usar a Blockchain (BC) é uma forma de tornar as informações de denúncias auditáveis por diferentes pares interessados na mesma, impedindo que esta fique centralizada em servidores de domínio exclusivo dos órgãos governamentais. Também é justificável pois a disponibilidade da Blockchain (BC) é superior aos sistemas que são cuidados exclusivamente pelas equipes de manutenção e tecnologia da informação dos órgãos governamentais.

1.3 OBJETIVOS

As subseção a seguir descrevem os objetivos deste trabalho.

1.3.1 OBJETIVOS GERAIS

O Objetivo geral é propor uma maneira de descentralizar a fase de denúncia e consulta de crimes ambientais, para isso é proposto uma plataforma que utiliza em sua base a Blockchain (BC).

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Normalmente ao final da introdução é apresentada, em um ou dois parágrafos curtos, a organização do restante do trabalho acadêmico. Deve-se dizer o quê será apresentado em cada um dos demais capítulos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção são analisados alguns trabalhos já escritos a respeito do conceito de crime ambiental, sua relação com as mudanças climáticas, do seu impacto econômico, social e ecológico. Também fala sobre a Constituição Federal do Brasil e como ela define e precavê o combate à essas infrações, o que tem sido estudado e praticado a respeito dos fatores envolvidos e impactos esperados.

2.1 A LEGISLAÇÃO E CRIMES AMBIENTAIS

A Legislação Brasileira prevê o crime contra o meio ambiente. Ele é descrito no Capítulo V da Lei número 9605 de fevereiro de 1998, e nele é possível identificar seis formas principais desse crime, são eles:

- Crimes contra a fauna
- Crimes contra a flora
- Poluição e outros crimes ambientais
- Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural
- Crimes contra a administração ambiental
- Infração administrativa

Dos itens listados, estão relacionados diretamente com esta seção os crimes contra a fauna, flora e poluição. Crimes contra a administração ambiental e infração administrativa, relacionado a omissão da verdade, sonegação de informação ou dados tecno-científicos em processos de autorização ou licitação ambiental (BRASIL, 1998), relaciona-se com os resultados que desejáveis com a proposta deste trabalho.

O crime contra a fauna está previsto no Art. 29º da Lei nº 9605 e é descrito como "matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida". E a pena para este tipo de crime, que também está prevista no mesmo artigo, é detenção de seis meses a um ano, e multa [BRASIL, 1998]. Já o crime contra a flora, de acordo com a mesma Lei nº 9605 está relacionado com: a destruição, danos ou infração das normas de proteção de floresta considerada de preservação permanente; destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica; cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão de autoridades competentes; causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação, independente de sua localização. A pena é detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente [BRASIL, 1998].

A Seção III, em seu artigo nº 54, da mesa Lei define poluição e outros crimes contra o meio ambiente como: "Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora"(BRASIL, 1998). A pena prevista para tal é a reclusão, de um a quatro anos, e multa.

2.2 IMPACTOS DOS CRIMES AMBIENTAIS

O estudo de práticas de combate a crimes ambientais vem ganhando bastante espaço e visibilidade. Para ARROYO-QUIROZ (ARROYO-QUIROZ; WYATT, 2018), ao não encararmos a natureza como um sujeito, não consideramos os crimes e danos causadas a ela, aspectos

que são estudados pela "*Criminologia Verde*" (CV). O desenvolvimento da CV, de acordo com (EMAN et al., 2013), iniciou-se entre o fim da década de 1960 e início da década de 1970, impulsionada pela empatia de criminalistas e sociólogos ambientalistas, que se voltaram inicialmente para o problema da poluição e destruição ambiental. Após a Conferência de Stockholm em 1972, segundo MACEDO (MACEDO, 2021), os problemas ambientais ganharam espaço na agenda multilateral e se tornaram uma prioridade com a publicação do relatório da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) das Organização das Nações Unidas (ONU) "*Our Common Future*" ("*Nosso Futuro Comum*" em português). Houve assim a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, baseado na exploração consciente dos recursos naturais aliado à preservação ambiental e crescimento econômico (MACEDO, 2021).

Um exemplo da atualidade é a Cadeia de Suprimentos Verde (CSV), fruto da pressão por gestão consciente de recursos, produção energeticamente sustentável dentro da indústria, redução de resíduos poluentes, imposições políticas mais rígidas, maior conscientização dos consumidores e público geral, que têm refletido em mudanças tecnológicas e sociais (SILVA et al., 2020). Segundo SUSILOWATI (SUSILOWATI et al., 2013), é possível concluirmos a respeito da prática da CSV que: ela possui um efeito positivo na performance econômica; o governo tende a suportá-la positivamente; que o mercado verde tem uma influência positiva na prática da CSV.

Apesar dos avanços da CV e a adoção de práticas mais sustentáveis para o desenvolvimento econômico, ainda convivemos constantemente com problemas que surgem a partir de crimes ambientais. Sobre isso MACEDO fala que desde a assinatura do Acordo de Paris em 2015 e do consequente reconhecimento de que os países precisam cortar urgentemente as emissões de gases poluentes, a noção de emergência climática e segurança climática tem se tornado cada vez mais popular na opinião pública internacional (MACEDO, 2021).

2.3 O PAPEL DA TECNOLOGIA NO COMBATE AOS CRIME AMBIENTAIS

Para EMAN, um tema comum para debates criminológicos ainda é discutido, ainda estamos identificando novas formas de crimes e danos ambientais, perguntando sobre os autores e vítimas de crimes ambientais, o processo de formação de legislação criminal e resposta aos fenômenos de crimes ambientais, e sobre a melhor maneira de levar adiante o projeto de prevenção de crimes ambientais (EMAN et al., 2013). Nesse contexto o uso de recursos tecnológicos e digitais se torna um fator importante para o combate, prevenção e remediação desses crimes.

Segundo GOLDSTEIN e FAXON, a aplicação de novas infraestruturas de dados pode ampliar o alcance de atores não estatais na participação da governança da floresta, ou ajudá-los a estabelecer objetivos políticos e econômicos para o uso e acesso da floresta (GOLDSTEIN; FAXON, 2022). Ainda de acordo com GOLDSTEIN e FAXON, essas novas infraestruturas de dados tem alterado a capacidade dos atores estatais de promulgar a governança, provendo conhecimento alternativas que prejudicam a sua autoridade (GOLDSTEIN; FAXON, 2022).

2.4 PROCESSO DE DENÚNCIAS DE CRIMES AMBIENTAIS NO BRASIL

De acordo com JOAQUIM (2015, p.48), podemos dividir a situação dos órgãos e institutos que fiscalizam e tratam de denúncias em três esferas, são elas: Esfera Federal, composta pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Esfera Estadual composta pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) e pelo Batalhão da Polícia Militar Ambiental (BPMA); e pela Esfera Municipal, composta pelas Fundações Municipais (FM).

Segundo o site do Governo Federal, a instituição "é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA)"(GOV, 2018). Na divisão levantada por JOAQUIM (2015, p.48), cabe a ela:

(...) Propor e editar normas e padrões de qualidade ambiental; zoneamento e avaliação de impactos ambientais; licenciamento ambiental, nas atribuições federais; a implementação do Cadastro Técnico Federal; a fiscalização ambiental e a aplicação de penalidades administrativas; geração e disseminação de informações relativas ao meio ambiente; o monitoramento ambiental, principalmente no que diz respeito à prevenção e controle de desmatamentos, queimadas e incêndios florestais; o apoio às emergências ambientais; a execução de programas de educação ambiental; a elaboração do sistema de informação e o estabelecimento de critérios para a gestão do uso de recursos faunísticos, pesqueiros e florestais; dentre outros"(JOAQUIM, 2015, p.49).

O IMA é um órgão e esfera estadual e tem como missão a preservação dos recursos naturais do estado. O IMA age através da gestão de Unidades de Conservação Estaduais (UCE); licenciamento ambiental; programas de preservação; geoprocessamento, realizando levantamentos e processamento de informações sobre territórios; estudos e pesquisa ambiental; pesquisa da balneabilidade, monitoramento da qualidade dos recursos hídricos (JOAQUIM, 2015, p.50). Já o outro órgão citado com atuação na esfera estadual é o BPMA, pertencente, vinculado à Polícia Militar de cada estado, tem atuação relacionada especificamente à coibição e fiscalização de crimes ambientais em territórios do estado à que pertence. Da esfera federal, segundo o site do Governo Estadual do Ceará (CEARÁ, 2021) o BPMA apoia ações do IBAMA, do Instituto Chico Mendes.

As Fundações Municipais (FM) tem autonomia limitada às fronteiras do município em que atua. De acordo com JOAQUIM, elas participam de ações que visam a preservação ambiental, recuperação e otimização do uso sustentável de recursos hídricos e ecossistemas associados. Também estão relacionadas com a preservação de patrimônio arqueológicos. Elas possuem autonomia para emissão de licenciamentos e certidões, solicitação de documentação e estudos complementares, realizam fiscalização de denúncias e aplicação das devidas penalidades de crime configurado (JOAQUIM, 2015, p.51).

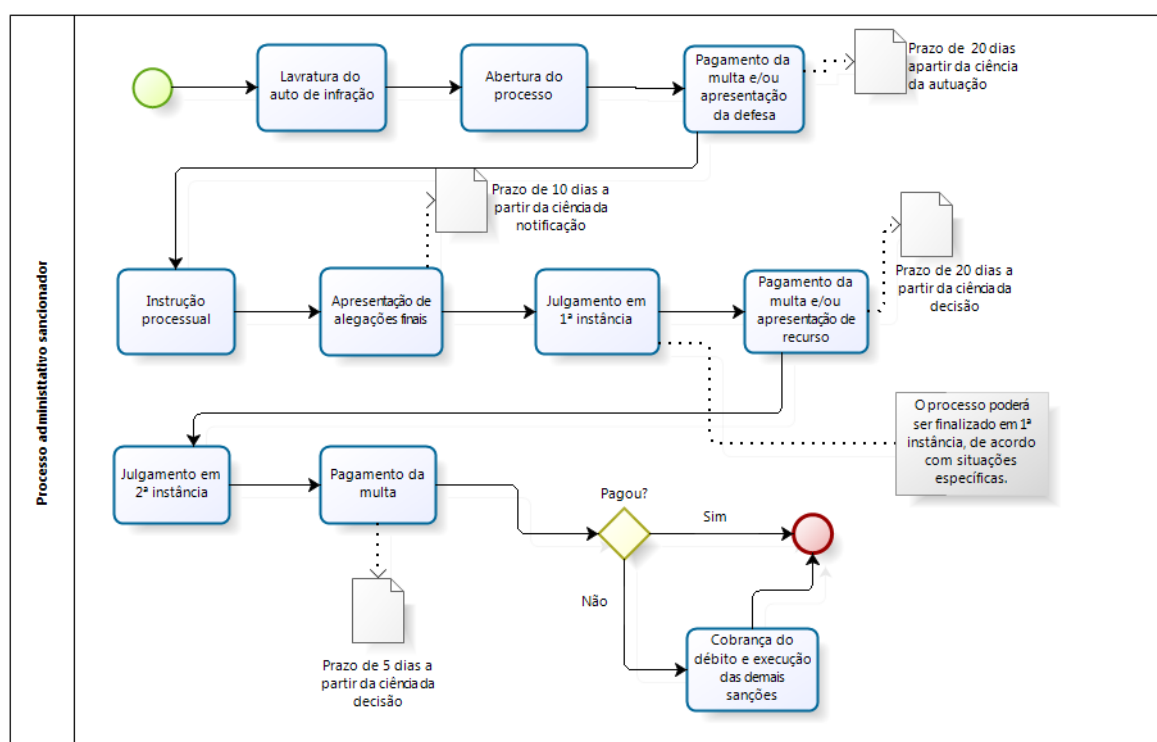
Um caso a ser citado é o estado do Paraná, que conta com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e o Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde, pertencente à Polícia Militar do Paraná (PM-PR). No IAP a denúncia pode ser feita através da Ouvidoria disponível em <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Ouvidoria>. No Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde da PM-PR a denúncia é feita pelo site da Ouvidoria da Polícia do Estado, que está disponível em <https://www.seguranca.pr.gov.br/Ouvidoria> (IAP, 2022). Também podem ser feitas denúncias para o número de telefone 181.

Na esfera federal, o IBAMA, segundo as informações presentes no portal Fale Conosco no site do Governo Federal (GOV, 2018), além de outros canais de ouvidoria, telefones de contato para a denúncia de crimes ambientais e uma lista de unidades do IBAMA que ao serem visitadas redirecionam a navegação do site para uma página contendo o endereço, horário de funcionamento e e-mail de responsável daquela unidade. Esse canais podem ser acessados por internet, através de chat de denúncia ou formulários on-line, pelo Fala.BR, uma plataforma integrada de acesso à informação e ouvidoria do Poder Executivo Federal (GOV, 2022), também através do portal Comex Responde, "um serviço de dúvidas sobre comércio exterior que conta com 22 órgãos e entidades da Administração Pública Federal com atribuições legais relacionadas

ao comércio exterior, que respondem questões relativas às suas áreas de competência”(GOV, 2020).

De acordo com o site do IBAMA, existe um Processo Administrativo Sancionador (PAS) que é “o rito da administração pública de responsabilização administrativa (ambiental) decorrente de condutas e atividades que transgridam as normas, com aplicação de sanções”(IBAMA, 2016), onde, para o IBAMA, a apuração de infrações ambientais é organizada em quatro etapas: detecção; fiscalização; julgamento e aplicação das sanções (IBAMA, 2016). A imagem a seguir trás um fluxograma disponibilizado pelo próprio órgão e que mostra os passos do PAS.

Figura 1 – Fluxograma exemplificando o Processo de Administrativo Sancionador (PAS) do IBAMA



Fonte: IBAMA (2016).

Ainda sobre o sistema utilizado pelo IBAMA para a recepção de denúncias de casos de crimes ambientais, quando questionado se o instituto possuía algum sistema denúncias de crimes ambientais/, através da plataforma Fala.BR no dia 1 de Junho de 2022, o próprio órgão respondeu que:

Prezado(a).

Informamos que o Ibama não tem um sistema para envio de denúncias pelo usuário externo.

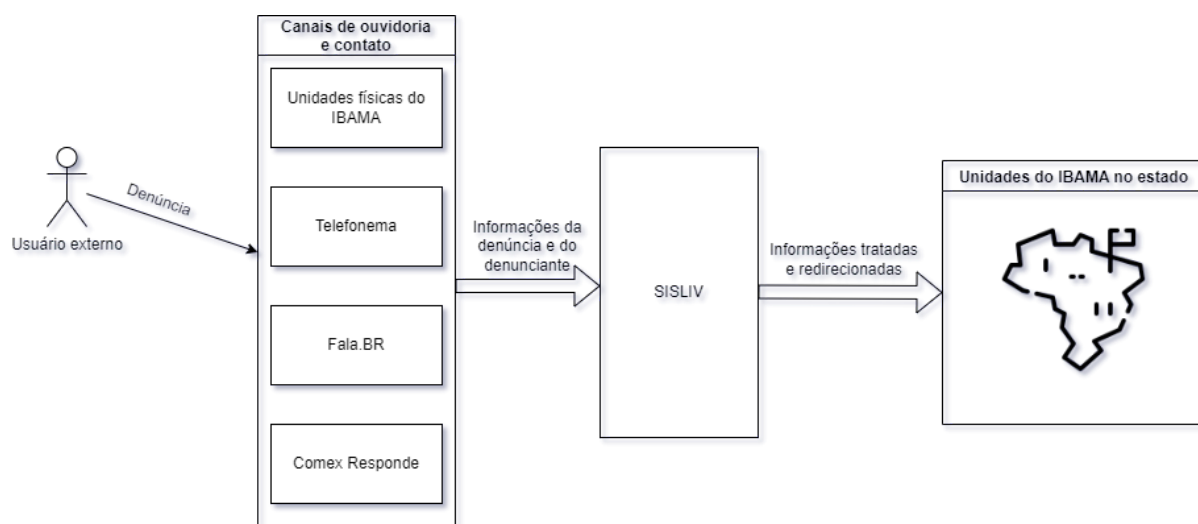
A Ouvidoria do Ibama dispõe de um sistema interno (Sistema Linha Verde de Ouvidoria– Sisliv), desenvolvido apenas para inserir e tratar as manifestações recebidas pelos seus canais de atendimentos (https://www.gov.br/ibama/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria#sobre-a-ouvidoria), e direcioná-las para as Unidades do Ibama do estado de referência. Utilizamos também o Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU), que permite a qualquer cidadão encaminhar suas manifestações e pedidos de Informação.

Atenciosamente, Linha Verde/ Coordenação de Ouvidoria/ Auditoria Ibama/ Brasília/DF (VERDE, 2022).

Sendo assim, um usuário externo que esteja necessitando realizar uma denúncia deverá contar com o SISLIV (Sistema Linha Verde de Ouvidoria). A sua denúncia irá passar para as unidades estaduais e após isso o usuário não tem uma noção do status e andamento da sua denúncia, a não ser uma mensagem com uma data prevista para retorno de sua requisição, outros usuários externos também não conseguem ter a noção do progresso, usuários esses que podem ser pessoas que vivem na área onde o crime ocorreu.

A partir da informação passada a respeito do canal SISLIV em VERDE (2022), podemos representar de forma generalizada o padrão da recepção das denúncias, sem entrar a fundo nos detalhes da implementação pois estes são informações restritas. A imagem a seguir trata dessa representação.

Figura 2 – Diagrama representando como é o processo de coleta das denúncias pelo SISLIV.



Fonte: Imagem autoral.

3 PROPOSTA

A proposta deste trabalho é desenvolver um Decentralized App (DAPP) baseado na Web para a denúncia de crimes ambientais. Para tal, será utilizada uma abordagem de desenvolvimento de DAPP, onde as informações fornecidas pelo denunciante serão armazenadas dentro de uma Blockchain, evitando assim que haja adulteração ou exclusão das informações por pessoas mal-intencionadas.

Nesta seção iremos discutir a respeito da proposta deste trabalho. A Blockchain (BC) será descrita mais formalmente. O objetivo é tornar mais intuitivo a motivação por trás do uso dessa tecnologia.

3.1 TECNOLOGIAS E FERRAMENTAS

A seguir será feita uma introdução das tecnologias e ferramentas que serão utilizadas neste trabalho. O objetivo é referenciar tecnicamente o leitor para que este possa entender a motivação por trás da utilização destas tecnologias.

3.1.1 BLOCKCHAIN

A BC é uma estrutura de dados distribuída, gerenciada por um conjunto de nós conectados, estes nós são computadores que se ligam em uma rede. Segundo [MARCHESI, MARCHESI e TONELLI \(2020\)](#) a tecnologia Blockchain (BC) tem sido bastante difundida durante a última década. O seu uso em criptomoedas como o bitcoin (BTC) são um dos principais motivadores. Ainda segundo [MARCHESI, MARCHESI e TONELLI \(2020\)](#), ela caracteriza-se por: possuir uma cópia em cada nó, garantindo redundância; ser append-only, permitindo assim somente inserção e não exclusão de informação; mutação de estado possível através de transações; transações verificadas por nós, onde as invalidadas são ignoradas e as válidas são armazenadas em blocos que mantêm uma sequência; se a BC for capaz de executar Contratos Inteligentes (CI) ou Smart Contracts (SC), uma transação pode criar um SC ou executar uma de suas funções públicas. Juntas, essas características da BC acabam formando um elemento fundamental, o consenso da rede, que é definido a partir de um algoritmo e que varia de acordo com a abordagem escolhida por cada BC.

O Algoritmo de Consenso (AC), mencionado anteriormente, tem participação fundamental quando levamos em consideração o funcionamento da rede que gerencia a BC. Dentre os principais e mais conhecidos AC's utilizados atualmente temos o Algoritmo de Prova Por Trabalho, ou mais conhecido pelo seu termo em inglês de Proof of Work (PoW), e o Algoritmo de Prova Por Participação, ou em inglês Proof of Stake (PoS). Cada um deles possuem diferenças que afetam da velocidade de criação de blocos à participação dos nós da rede.

Neste trabalho será utilizado a Ethereum, que tem em sua estruturação a utilização do PoW. Segundo [KUNTZ \(2022\)](#) a rede Ethereum, criada em 2015, é uma blockchain pública não permissionada, que possui o Ether como sua criptomoeda nativa, tem alto valor de uso geral, com a capacidade de armazenar e executar aplicações desenvolvidas nativamente para a tecnologia da cadeia de blocos de forma descentralizada através dos Smart Contracts (SC). Essa BC tem a intenção de prover uma linguagem de programação Turing completa que permite a criação SC, que podem ser usados para a codificação de funções de transição de estado arbitrária ([BUTERIN, 2014](#), p. 13). Ainda de acordo com [BUTERIN \(2014\)](#) ela tem a motivação de fundir e melhorar os conceitos de scripting, altcoins e on-chain meta-protocolos

e permitir que os desenvolvedores criem aplicativos baseados em consenso arbitrário com alta escalabilidade, padronização, completude de recursos, facilidade de desenvolvimento e interoperabilidade entre diferentes paradigmas tudo ao mesmo tempo.

O SC pode ser definido como um código compilável que tem seu binário resultante da compilação executado dentro da BC e que também está distribuído pela rede, assim como todos as outras informações gravadas nela. Esse código nos SC da Ethereum é escrito em um baixo nível, em uma linguagem de bytecode baseada em pilha, referido como “Código de Máquina Virtual da Ethereum” ou “código EVM (Ethereum Virtual Machine)” (BUTERIN, 2014). É importante saber que “a EVM é Turing completa, isto significa que o código EVM pode realizar codificar qualquer computação que possa ser convenientemente realizada, incluindo laços de repetição infinitos”(BUTERIN, 2014, p. 28).

3.1.2 DECENTRALIZED APPLICATIONS

Como mencionado anteriormente, o foco do Ethereum é fornecer uma plataforma que permita o desenvolvimento de SC. O mecanismo de código EVM habilita qualquer um a construir o que é essencialmente uma aplicação de linha de comando executada em uma máquina virtual que é executada por consenso através da rede inteira (BUTERIN, 2014). Porém a utilização de uma aplicação de linha de comando não é muito amigável para a maior parte dos usuários. Para fazer um bom uso dessa finalidade da BC do Ethereum é necessário a utilização de mais tecnologias que não dependem diretamente da BC ou da linguagem de script dela.

Nesse sentido, o White Paper da Ethereum escrito por BUTERIN (2014) define uma Aplicação Descentralizada completa, ou no termo em inglês Decentralized App (DAPP), como sendo uma aplicação que deve consistir em dois componentes de lógica de negócio de baixo nível, implementados inteiramente na Ethereum, usando a combinação da Ethereum e outros sistemas, ou outros sistemas inteiramente, e componentes gráficos de interface de usuário de alto nível. Uma abordagem clássica para a criação de um DAPP pode considerar que:

Um DAPP é usualmente composto de Smart Contracts implementados em uma Blockchain, e um software que é habilitado a criar e enviar transações para eles. Este software usualmente provê uma interface, rodando em um Computador Pessoal ou dispositivo móvel. Informações adicionais podem ser armazenadas em um servidor, e lógicas de negócio adicionais podem ser executadas sobre isso (MARCHESI; MARCHESI; TONELLI, 2020, p. 4).

Ainda de acordo com MARCHESI, MARCHESI e TONELLI (2020) uma arquitetura típica de um DAPP é composta de um software rodando em dispositivos móveis, ou em servidores, possivelmente na nuvem, trocando informação com usuários e dispositivos externos, que podemos chamar “Sistema da aplicação”. Esta Interface de Usuário é tipicamente executada em um navegador Web. Pode haver um componente servidor, para armazenar dados que não podem ser armazenados na BC, e para realizar cálculos de negócio. Na Ethereum, o Sistema de Aplicação tipicamente comunica-se com a BC usando a “web3.js”, uma biblioteca JavaScript, que gerencia a criação e envio de transações. Essa biblioteca é recomendada pela própria documentação oficial do Ethereum, para projetos que utilizam a linguagem JavaScript.

Na prática a arquitetura de um DAPP para WU et al. (2019) tem as seguintes formas: Direta, onde o cliente interage diretamente com o SC implantado na BC; Indireta, que tem um serviço back end funcionando em um servidor centralizado, e um cliente que interage com o SC através deste servidor; Mista, que combina as duas arquiteturas anteriores onde o cliente interage com o SC diretamente e indiretamente através de um back end.

3.1.3 SOLIDITY E GAS

Quando falamos da possibilidade da criação de contratos executáveis temos que "uma das principais características do Ethereum é o de ser uma rede programável, capaz de executar trechos de código, falamos exatamente sobre a completude de Turing"(KUNTZ, 2022, p. 91). Para realizar o desenvolvimento é necessário uma linguagem Turing completa. Como falado anteriormente, essa linguagem deve permitir, teoricamente, que contratos arbitrários possam ser criados a partir de qualquer tipo de transação da aplicação.

Neste trabalho será utilizado a linguagem Solidity, uma Linguagem de Programação Orientada a Objetos (LPOO) semelhante ao JavaScript. Os contratos são definidos de forma similar à definição de classes em outras LPOO, eles possuem variáveis internas, funções públicas e privadas. Porém, o Solidity "adiciona conceitos específicos como eventos e modificadores, e exibe uma limitação nos tipos disponíveis de estruturas de dados para o SC, e no gerenciamento de coleções de dados"(MARCHESI; MARCHESI; TONELLI, 2020, p. 11).

Como a mudança de estado da BC e a execução de SC necessitam que hajam transações, então a solução encontrada para que a plataforma de desenvolvimento de SC da Ethereum evite alta latência na execução de contratos foi a cobrança de uma taxa chamada Gas. Essa taxa causa uma reflexão a respeito da completude de Turing da Ethereum pois, segundo KUNTZ (2022), uma conta que não tenha Gas disponível não pode executar uma função, sendo esta uma restrição para ser considerado um Turing completo.

Em termos de custos, além do Gas temos também os custos inerentes ao próprio DAPP, que "inclui duas partes: custo de implantação e custo de execução"(WU et al., 2019, p. 7). A Implatação e execução são feitos por transações, que custam Gas, pago com Ether, e o montante de Gas usado mede a complexidade da execução de um contrato. Uma conta envia Gas para execução do contrato e depois recebe o "troco" se o SC executar com sucesso. Se não houver esse "troco", por ter sido usado todo o Gas da conta, um erro "out of gas" (sem gás) é informando e a conta perde todo o Gas enviado (WU et al., 2019, p. 7).

3.2 DA ARQUITETURA DA APLICAÇÃO

A solução proposta conta com uma abordagem de desenvolvimento de um DAPP indireto, dentro da classificação proposta por WU et al. (2019), tendo aplicações de back end rodando em um servidor centralizado, enquanto o cliente interage com o SC através destes. Como falado nas seções anteriores, a Blockchain possui um desempenho que deixa a desejar para alguns contextos, porém não para o nosso.

Parte da arquitetura da aplicação será desenvolvida utilizando tecnologias mais difundidas e que não terão o papel principal na descentralização da informação. Elas irão possuir uma ligação maior com funcionalidades que envolvam cálculos, processamento e interação com outras API's e tarefas relacionadas a autenticação de usuário e sessão, visto que essas trabalham com informações de alto grau de sensibilidade, como senha e login, que não devem estar guardadas na BC tendo em vista o seu caráter público. A descentralização dos dados estará a cargo da BC, que para o nosso desenvolvimento será utilizada via rede de teste, mais conhecida como Testnet.

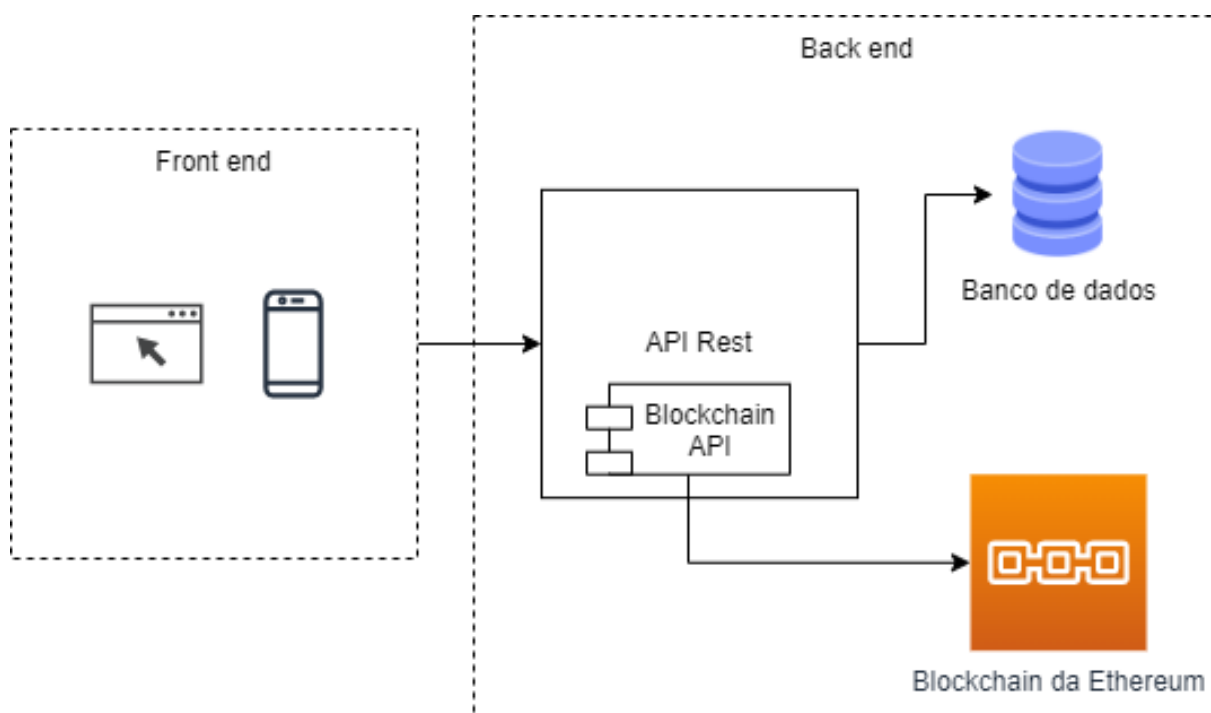
Para o front end será feito uso da principal linguagem de desenvolvimento para a web da atualidade, o JavaScript. Poderão ser utilizados os principais frameworks ou bibliotecas da linguagem, como o Angular, React.js ou Vue.js, dentre outras menos difundidos. Também utilizaremos um navegador de internet, para interação com a aplicação.

No desenvolvimento do back end pode-se fazer uso de bibliotecas, API's e frameworks que agilizam a integração com a BC da Ethereum e que permitem que o programador não

precise implementar do início as principais funcionalidades de uma BC. É possível acessar uma quantidade grande dessas ferramentas através da própria documentação da Ethereum.org, a fonte primária e online para a comunidade da Ethereum, de acordo com o repositório do próprio projeto aberto do site no github. Para este trabalho, a biblioteca fundamental é o Web3.js, que vai nos permitir utilizar o JavaScript para interação com os SC.

A imagem a seguir fornece uma visão geral da arquitetura da aplicação. Nela podemos ver a divisão entre das camadas mencionadas; front end, back end e API de conexão com a BC da Ethereum.

Figura 3 – Arquitetura básica da aplicação descentralizada



Fonte: Imagem autoral.

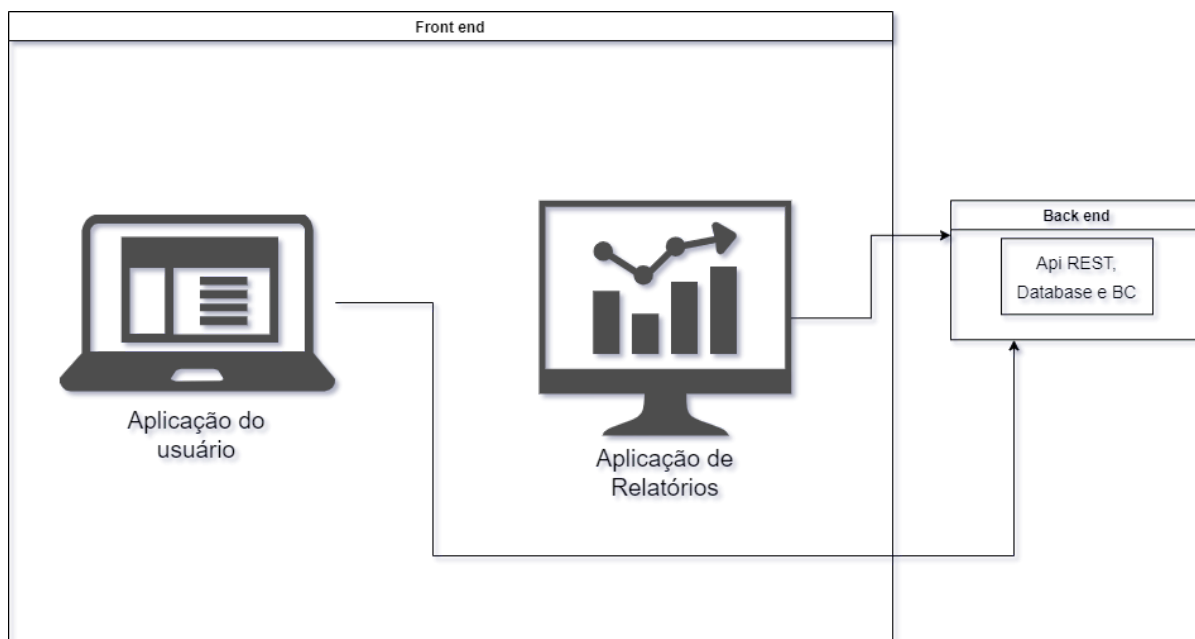
A aplicação no lado do usuário deverá contar com duas partes, a primeira é relacionada ao cadastro, gerenciamento de informações do usuário, a inscrição de uma nova denúncia, ela será chamada de "Aplicação do usuário". A segunda está relacionado com a transparência das informações, onde outros usuários e autoridades poderão ter acesso à relatórios, lista de denúncias contendo informações básicas como: descrição; local; data de criação e tipo de crime ambiental. Ela será chamada de "Aplicação de Relatórios".

Um banco de dados também será utilizado para armazenar as informações de usuário, como dados de autenticação, identificação ou demais informações que não precisam ser armazenadas utilizando a BC. Será feito o uso de um banco de dados não relacional, pois as tabelas do banco de dados podem apresentar características dinâmicas, o que é interessante para aplicação de uma tecnologia que permita esquemas de tabela mais flexíveis, como bancos de dados orientados a documentos.

3.3 MÉTODO

Com a finalidade de atingir uma gama maior de usuários, o aplicativo deverá contar com uma interface amigável e de fácil interação. Ou seja, para este trabalho será necessário o

Figura 4 – Divisão do front end em duas aplicações com propósitos distintos.



Fonte: Imagem autoral

desenvolvimento de um front end. Já para tratar e trabalhar com as informações fornecidas pelo denunciante, será necessário o desenvolvimento de uma outra parte da aplicação, um back end.

A blockchain da Ethereum (BC) será utilizada neste trabalho por possuir uma gama muito alta de ferramentas, além de uma linguagem Turing completa para o desenvolvimento de Smart Contracts (SC). Ela deve manipular e armazenar o DAPP por pura descentralização, porém, devido ao gargalo de desempenho da blockchain, será escolhido uma implementação onde somente algumas partes do sistema estarão na estrutura descentralizada.

3.4 ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO

Nesta seção iremos apresentar as principais Histórias de Usuário, que permite que haja um planejamento durante o desenvolvimento da aplicação. Também apresentamos a modelagem dos dados.

3.4.1 DEFINIÇÕES

Antes de apresentar as Histórias de Usuário, é importante definir alguns termos que serão utilizados nas seções seguintes.

- **Usuário Externo:** É todo usuário que não está cadastrado na plataforma.
- **Denunciante:** É todo usuário que estiver cadastrado dentro da aplicação e que tem a capacidade de realizar denúncias através dela.
- **Denúncia:** É todo e qualquer relato dado pelos denunciante dentro da plataforma e que possuem caráter de denúncia.

3.4.2 HISTÓRIAS DE USUÁRIO

Para o processo de desenvolvimento deste projeto, levaremos em consideração algumas Histórias de Usuário. Elas serão necessárias para descrever de forma abrangente e simples o funcionamento do projeto, e também ajudarão como guia para a modela dos dados. São elas:

1. Como usuário externo, eu quero poder fazer o meu cadastro utilizando um e-mail pessoal, nome de usuário, número de contato e endereço de residencial e uma senha, para que eu poça ter um perfil de denunciante dentro do sistema.
2. Como denunciante, eu quero poder realizar o meu login através de uma tela de login, preenchendo os campos de usuário (e-mail) e senha, para que eu possa ter acesso ao meu perfil.
3. Como denunciante, eu quero realizar uma denúncia em uma página que contém campos a serem preenchidos, para que eu possa preencher com um título de denúncia, descrição da denúncia, local da ocorrência, data da ocorrência e possíveis anexos, como fotos e vídeo.
4. Como denunciante, eu quero poder realizar a submissão da denúncia ao apertar um botão, para que ela seja gravada na plataforma.
5. Como denunciante, eu quero ter acesso a uma tela onde aparecem as denuncias enviadas por mim, para que eu possa ver a data, texto enviado, local e status da denuncia.
6. Como denunciante, eu quero ter acesso a uma tela com um mapa e lista de outras denuncias, para que eu possa acompanhar o status e detalhes de outras denuncias.
7. Como usuário externo, eu quero ter acesso a uma tela com um mapa e lista de outras denuncias, para que eu possa acompanhar o status e detalhes das denuncias dos denunciantes.

3.4.3 CASOS DE USO

Iremos descrever resumidamente o que seriam os principais casos de uso da aplicação, são eles o cadastro do usuário no sistema, a autenticação (ou login), a inclusão de uma denúncia e a consulta das denúncias presentes no sistema. Primeiro, apresentamos a seguinte [Figura 5](#) que mostra o diagrama Caso de Uso baseado nas regras da UML.

O primeiro caso de uso a ser descrito será o de Autenticar-se no sistema.

3.4.3.1 Caso de Uso: Autenticar-se no Sistema

Ator Principal: Denunciante

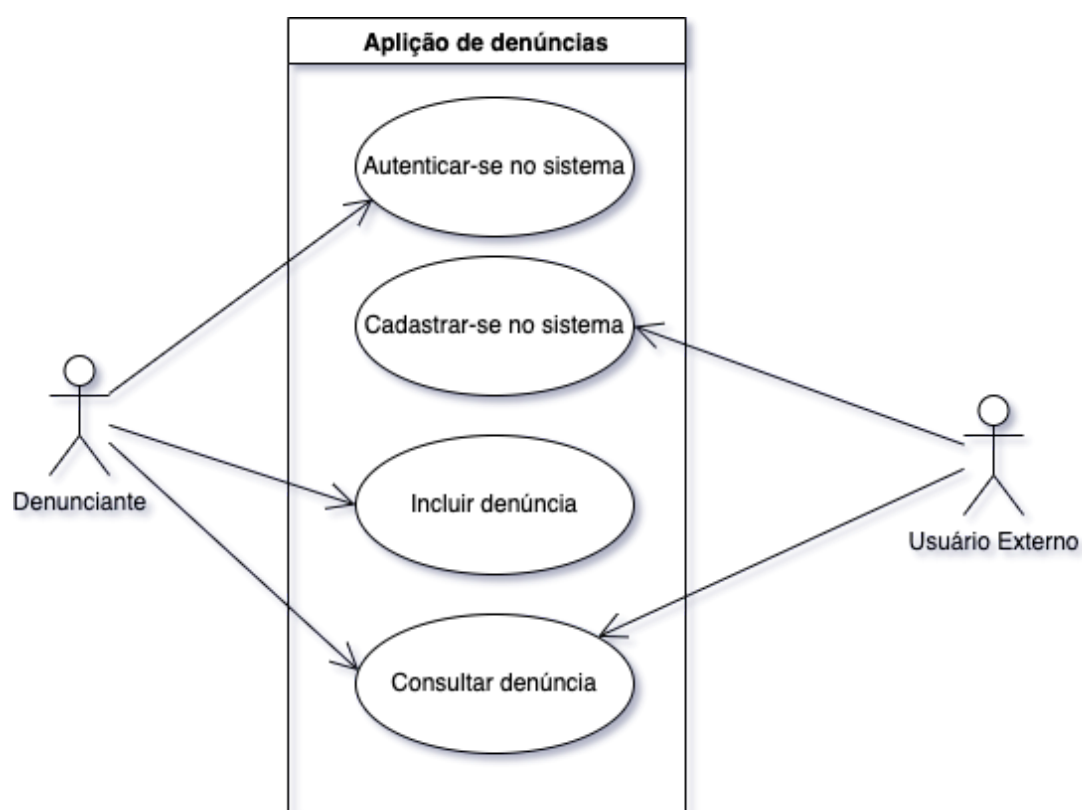
Interessados e Interesse:

- O Denunciante: deseja entrar no sistema para ter acesso às funcionalidades de denúncia. Para isso ele utiliza as suas credenciais, como nome de usuário e senha.

3.4.4 MODELAGEM DOS DADOS

A partir das Histórias de Usuários definidas anteriormente, podemos realizar a modelagem das entidades e dos dados que cada uma delas irão carregar consigo, elas servirão como demonstrativo do funcionamento do software e a interação de atores e suas ações dentro do funcionamento do projeto. Iremos partir inicialmente da Modelagem de Dados Conceitual, que busca capturar os requisitos do sistema do ponto de vista do negócio.

Figura 5 – Diagrama de Casos de Uso da aplicação



Fonte: Imagem autoral

4 CRONOGRAMA

Cada capítulo deve conter uma pequena introdução (tipicamente, um ou dois parágrafos) que deve deixar claro o objetivo e o que será discutido no capítulo, bem como a organização do capítulo.

5 SOBRE AS ILUSTRAÇÕES

A seguir exemplifica-se como inserir ilustrações no corpo do trabalho. As ilustrações serão indexadas automaticamente em suas respectivas listas. A numeração sequencial de figuras, tabelas e equações também ocorre de modo automático.

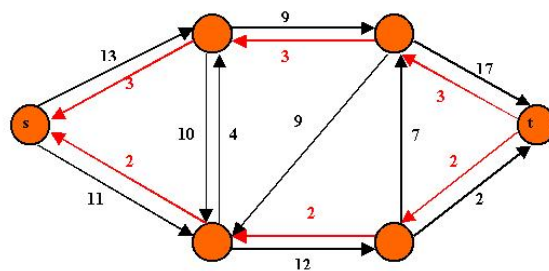
Referências cruzadas são obtidas através dos comandos `\label{}` e `\ref{}`. Sendo assim, não é necessário por exemplo, saber que o número de certo capítulo é 2 para colocar o seu número no texto. Outra forma que pode ser utilizada é esta: [Capítulo 2](#), facilitando a inserção, remoção e manejo de elementos numerados no texto sem a necessidade de renumerar todos esses elementos.

6 FIGURAS

Exemplo de como inserir uma figura. A [Figura 6](#) aparece automaticamente na lista de figuras. Para saber mais sobre o uso de imagens no \LaTeX consulte literatura especializada ([GOOSSENS et al., 2007](#)).

Os arquivos das figuras devem ser armazenados no diretório de `"/dados"`.

Figura 6 – Exemplo de Figura



Fonte: [IRL \(2014\)](#)

7 QUADROS E TABELAS

Exemplo de como inserir o [Quadro 1](#) e a [Tabela 1](#). Ambos aparecem automaticamente nas suas respectivas listas. Para saber mais informações sobre a construção de tabelas no \LaTeX consulte literatura especializada ([MITTELBACH et al., 2004](#)).

Ambos os elementos (Quadros e Tabelas) devem ser criados em arquivos separados para facilitar manutenção e armazenados no diretório de "/dados".

Quadro 1 – Exemplo de Quadro.

BD Relacionais	BD Orientados a Objetos
Os dados são passivos, ou seja, certas operações limitadas podem ser automaticamente acionadas quando os dados são usados. Os dados são ativos, ou seja, as solicitações fazem com que os objetos executem seus métodos.	Os processos que usam dados mudam constantemente.

Fonte: [Barbosa et al. \(2004\)](#)

A diferença entre quadro e tabela está no fato que um quadro é formado por linhas horizontais e verticais. Deve ser utilizado quando o conteúdo é majoritariamente não-numérico. O número do quadro e o título vem acima do quadro, e a fonte, deve vir abaixo. E Uma tabela é formada apenas por linhas verticais. Deve ser utilizada quando o conteúdo é majoritariamente numérico. O número da tabela e o título vem acima da tabela, e a fonte, deve vir abaixo, tal como no quadro.

Tabela 1 – Resultado dos testes.

	Valores 1	Valores 2	Valores 3	Valores 4
Caso 1	0,86	0,77	0,81	163
Caso 2	0,19	0,74	0,25	180
Caso 3	1,00	1,00	1,00	170

Fonte: [Barbosa et al. \(2004\)](#)

8 EQUAÇÕES

Exemplo de como inserir a [Equação \(1\)](#) e a Eq. [2](#) no corpo do texto ¹. Observe que foram utilizadas duas formas distintas para referenciar as equações.

$$X(s) = \int_{t=-\infty}^{\infty} x(t) e^{-st} dt \quad (1)$$

$$F(u, v) = \sum_{m=0}^{M-1} \sum_{n=0}^{N-1} f(m, n) \exp \left[-j2\pi \left(\frac{um}{M} + \frac{vn}{N} \right) \right] \quad (2)$$

¹Deve-se atentar ao fato de a formatação das equações ficar muito boa esteticamente.

9 ALGORITMOS

Exemplo de como inserir um algoritmo. Para inserção de algoritmos utiliza-se o pacote `algorithm2e` que já está devidamente configurado dentro do template.

Os algoritmos devem ser criados em arquivos separados para facilitar manutenção e armazenados no diretório de `"/dados"`.

Algoritmo 1: Exemplo de Algoritmo

Input: o número n de vértices a remover, grafo original $G(V, E)$

Output: grafo reduzido $G'(V, E)$

$removidos \leftarrow 0$

while $removidos < n$ **do**

$v \leftarrow \text{Random}(1, \dots, k) \in V$

for $u \in \text{adjacentes}(v)$ **do**

 remove aresta (u, v)

$removidos \leftarrow removidos + 1$

end

if *há componentes desconectados* **then**

 remove os componentes desconectados

end

end

10 SOBRE AS LISTAS

Para construir listas de "*bullets*" ou listas enumeradas, inclusive listas aninhadas, é utilizado o pacote `paralist`.

Exemplo de duas listas não numeradas aninhadas, utilizando o comando `\itemize`. Observe a indentação, bem como a mudança automática do tipo de "*bullet*" nas listas aninhadas.

- item não numerado 1
- item não numerado 2
 - subitem não numerado 1
 - subitem não numerado 2
 - subitem não numerado 3
- item não numerado 3

Exemplo de duas listas numeradas aninhadas, utilizando o comando `\enumerate`. Observe a numeração progressiva e indentação das listas aninhadas.

1. item numerado 1
2. item numerado 2
 - a) subitem numerado 1
 - b) subitem numerado 2
 - c) subitem numerado 3
3. item numerado 3

11 SOBRE AS CITAÇÕES E CHAMADAS DE REFERÊNCIAS

Citações são trechos de texto ou informações obtidas de materiais consultadss quando da elaboração do trabalho. São utilizadas no texto com o propósito de esclarecer, completar e embasar as ideias do autor. Todas as publicações consultadas e utilizadas (por meio de citações) devem ser listadas, obrigatoriamente, nas referências bibliográficas, para preservar os direitos autorais. São classificadas em citações indiretas e diretas.

12 CITAÇÕES INDIRETAS

É a transcrição, com suas próprias palavras, das idéias de um autor, mantendo-se o sentido original. A citação indireta é a maneira que o pesquisador tem de ler, compreender e gerar conhecimento a partir do conhecimento de outros autores. Quanto à chamada da referência, ela pode ser feita de duas maneiras distintas, conforme o nome do(s) autor(es) façam parte do seu texto ou não. Exemplo de chamada fazendo parte do texto:

Enquanto [Maturana e Varela \(2003\)](#) defendem uma epistemologia baseada na biologia. Para os autores, é necessário rever

A chamada de referência foi feita com o comando `\citeonline{chave}`, que produzirá a formatação correta.

A segunda forma de fazer uma chamada de referência deve ser utilizada quando se quer evitar uma interrupção na sequência do texto, o que poderia, eventualmente, prejudicar a leitura. Assim, a citação é feita e imediatamente após a obra referenciada deve ser colocada entre parênteses. Porém, neste caso específico, o nome do autor deve vir em caixa alta, seguido do ano da publicação. Exemplo de chamada não fazendo parte do texto:

Há defensores da epistemologia baseada na biologia que argumentam em favor da necessidade de ... ([MATURANA; VARELA, 2003](#)).

Nesse caso a chamada de referência deve ser feita com o comando `\cite{chave}`, que produzirá a formatação correta.

13 CITAÇÕES DIRETAS

É a transcrição ou cópia de um parágrafo, de uma frase, de parte dela ou de uma expressão, usando exatamente as mesmas palavras adotadas pelo autor do trabalho consultado.

Quanto à chamada da referência, ela pode ser feita de qualquer das duas maneiras já mencionadas nas citações indiretas, conforme o nome do(s) autor(es) façam parte do texto ou não. Há duas maneiras distintas de se fazer uma citação direta, conforme o trecho citado seja longo ou curto.

Quando o trecho citado é longo (4 ou mais linhas) deve-se usar um parágrafo específico para a citação, na forma de um texto recuado (4 cm da margem esquerda), com tamanho de letra menor e espaçamento entrelinhas simples. Exemplo de citação longa:

Desse modo, opera-se uma ruptura decisiva entre a reflexividade filosófica, isto é a possibilidade do sujeito de pensar e de refletir, e a objetividade científica. Encontramo-nos num ponto em que o conhecimento científico está sem consciência. Sem consciência moral, sem consciência reflexiva e também subjetiva. Cada vez mais o desenvolvimento extraordinário do conhecimento científico vai tornar menos praticável a própria possibilidade de reflexão do sujeito sobre a sua pesquisa (SILVA; SOUZA, 2000, p. 28).

Para fazer a citação longa deve-se utilizar os seguintes comandos:

```
\begin{citacao}  
<texto da citacao>  
\end{citacao}
```

No exemplo acima, para a chamada da referência o comando `\cite[p. ~28]{Silva2000}` foi utilizado, visto que os nomes dos autores não são parte do trecho citado. É necessário também indicar o número da página da obra citada que contém o trecho citado.

Quando o trecho citado é curto (3 ou menos linhas) ele deve inserido diretamente no texto entre aspas. Exemplos de citação curta:

A epistemologia baseada na biologia parte do princípio de que "assumo que não posso fazer referência a entidades independentes de mim para construir meu explicar"(MATURANA; VARELA, 2003, p. 35).

A epistemologia baseada na biologia de Maturana e Varela (2003, p. 35) parte do princípio de que "assumo que não posso fazer referência a entidades independentes de mim para construir meu explicar".

14 DETALHES SOBRE AS CHAMADAS DE REFERÊNCIAS

Outros exemplos de comandos para as chamadas de referências e o resultado produzido por estes:

```
Maturana e Varela (2003) \citeonline{Maturana2003}
Barbosa et al. (2004) \citeonline{Barbosa2004}
(SILVA; SOUZA, 2000, p. 28) \cite[p.~28]{Silva2000}
Silva e Souza (2000, p. 33) \citeonline[p.~33]{v}
(MATURANA; VARELA, 2003, p. 35) \cite[p.~35]{Maturana2003}
Maturana e Varela (2003, p. 35) \citeonline[p.~35]{Maturana2003}
(BARBOSA et al., 2004; MATURANA; VARELA, 2003) \cite{Barbosa2004,Maturana2003}
```

15 SOBRE AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A bibliografia é feita no padrão Bib \TeX . As referências são colocadas em um arquivo separado. Neste template as referências são armazenadas no arquivo "base-referencias.bib".

Existem diversas categorias documentos e materiais componentes da bibliografia. A classe abn \TeX define as seguintes categorias (entradas):

```
@book
@inbook
@article
@phdthesis
@mastersthesis
@monography
@techreport
@manual
@proceedings
@inproceedings
@journalpart
@booklet
@patent
@unpublished
@misc
```

Cada categoria (entrada) é formatada pelo pacote [abn \$\text{\TeX}\$ 2](#) e [Araujo \(2014b\)](#) de uma forma específica. Algumas entradas foram introduzidas especificamente para atender à norma [ABNT \(2002\)](#), são elas: @monography, @journalpart, @patent. As demais entradas são padrão Bib \TeX . Para maiores detalhes, refira-se a [abn \$\text{\TeX}\$ 2](#) e [Araujo \(2014b\)](#), [abn \$\text{\TeX}\$ 2](#) e [Araujo \(2014a\)](#), [Araujo e abn \$\text{\TeX}\$ 2 \(2014\)](#).

16 NOTAS DE RODAPÉ

As notas de rodapé pode ser classificadas em duas categorias: notas explicativas¹ e notas de referências. A notas de referências, como o próprio nome já indica, são utilizadas para colocar referências e/ou chamadas de referências sob certas condições.

¹é o tipo mais comum de notas que destacam, explicam e/ou complementam o que foi dito no corpo do texto, como esta nota de rodapé, por exemplo.

17 CONCLUSÃO

Parte final do texto, na qual se apresentam as conclusões do trabalho acadêmico. É importante fazer uma análise crítica do trabalho, destacando os principais resultados e as contribuições do trabalho para a área de pesquisa.

17.1 TRABALHOS FUTUROS

Também deve indicar, se possível e/ou conveniente, como o trabalho pode ser estendido ou aprimorado.

17.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerramento do trabalho acadêmico.

Referências

- ABNTEX2; ARAUJO, L. C. **A classe abntex2**: Documentos técnicos e científicos brasileiros compatíveis com as normas abnt. [S.l.], 2014. 46 p. Disponível em: <<http://abntex2.googlecode.com/>>. Acesso em: 12 de setembro de 2014. Citado na página 25.
- ABNTEX2; ARAUJO, L. C. **O pacote abntex2cite**: Estilos bibliográficos compatíveis com a abnt nbr 6023. [S.l.], 2014. 91 p. Disponível em: <<http://abntex2.googlecode.com/>>. Acesso em: 12 de setembro de 2014. Citado na página 25.
- ARAUJO, L. C.; ABNTEX2. **O pacote abntex2cite**: Tópicos específicos da abnt nbr 10520:2002 e o estilo bibliográfico alfabético (sistema autor-data). [S.l.], 2014. 23 p. Disponível em: <<http://abntex2.googlecode.com/>>. Acesso em: 12 de setembro de 2014. Citado na página 25.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação — referências — elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p. Citado na página 25.
- BARBOSA, C. et al. **Testando a utilização de “et al.”**. 2. ed. Cidade: Editora, 2004. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 24.
- BUTERIN, V. Ethereum: A next-generation smart contract and decentralized application platform. Único, 2014. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 8.
- GOOSSENS, M. et al. **The LaTeX graphics companion**. 2. ed. Boston: Addison-Wesley, 2007. Citado na página 16.
- IRL. **Internet Research Laboratory**. 2014. Disponível em: <<http://irl.cs.ucla.edu/topology>>. Acesso em: 8 de março de 2014. Citado na página 16.
- KUNTZ, J. **Blockchain Ethereum**. São Paulo: Casa do Código, 2022. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 9.
- MARCHESI, L.; MARCHESI, M.; TONELLI, R. Abcde – agile block chain dapp engineering. **Blockchain: Research and Applications**, v. 1, p. 1–19, 2020. Citado 3 vezes nas páginas 7, 8 e 9.
- MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. **A Árvore do Conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. 3. ed. São Paulo: Editora Palas Athena, 2003. Citado 3 vezes nas páginas 22, 23 e 24.
- MITTELBACH, F. et al. **The LaTeX companion**. 2. ed. Boston: Addison-Wesley, 2004. Citado na página 17.
- SILVA, J.; SOUZA, J. a. L. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2000. Citado 2 vezes nas páginas 23 e 24.
- WU, K. et al. A first look at blockchain-based decentralized applications. 2019. Citado 2 vezes nas páginas 8 e 9.

Apêndices

APÊNDICE A – Nome do apêndice

Lembre-se que a diferença entre apêndice e anexo diz respeito à autoria do texto e/ou material ali colocado.

Caso o material ou texto suplementar ou complementar seja de sua autoria, então ele deverá ser colocado como um apêndice. Porém, caso a autoria seja de terceiros, então o material ou texto deverá ser colocado como anexo.

Caso seja conveniente, podem ser criados outros apêndices para o seu trabalho acadêmico. Basta recortar e colar este trecho neste mesmo documento. Lembre-se de alterar o "label" do apêndice.

Não é aconselhável colocar tudo que é complementar em um único apêndice. Organize os apêndices de modo que, em cada um deles, haja um único tipo de conteúdo. Isso facilita a leitura e compreensão para o leitor do trabalho.

APÊNDICE B – Nome do outro apêndice

conteúdo do novo apêndice

Anexos

ANEXO A – Nome do anexo

Lembre-se que a diferença entre apêndice e anexo diz respeito à autoria do texto e/ou material ali colocado.

Caso o material ou texto suplementar ou complementar seja de sua autoria, então ele deverá ser colocado como um apêndice. Porém, caso a autoria seja de terceiros, então o material ou texto deverá ser colocado como anexo.

Caso seja conveniente, podem ser criados outros anexos para o seu trabalho acadêmico. Basta recortar e colar este trecho neste mesmo documento. Lembre-se de alterar o "label" do anexo.

Organize seus anexos de modo a que, em cada um deles, haja um único tipo de conteúdo. Isso facilita a leitura e compreensão para o leitor do trabalho. É para ele que você escreve.

ANEXO B – Nome do outro anexo

conteúdo do outro anexo